

A propósito da escrita infantil: uma reflexão sobre as segmentações não-convencionais

Cristiane Carneiro Capristano*

1 Introdução

Nosso propósito, neste trabalho, é fazer considerações a respeito de alguns resultados a que chegamos em pesquisa¹ na qual procuramos apontar fatores que nos pareceram envolvidos em momentos nos quais três diferentes crianças tinham diante de si a exigência social de realizar uma distribuição do material gráfico que produziam. De forma mais específica, procuramos indicar, nessa pesquisa, fatos que possivelmente estariam envolvidos nos momentos nos quais essas crianças *segmentavam* de forma não-convencional suas produções textuais escritas.

Entendemos que a *segmentação*, enquanto recurso ligado ao aspecto gráfico-visual do enunciado escrito, possibilita, de diferentes maneiras, a divisão do fluxo textual em porções menores – por meio de espaços em branco entre palavras, espaços em branco referentes a parágrafos, unidades de escrita delimitadas por sinais de pontuação, dentre outros. Na referida pesquisa, nosso olhar esteve voltado, de forma privilegiada, para as segmentações que, conven-

* PG-IEL/Unicamp. criscapristano@hotmail.com

¹ Trata-se de pesquisa que desenvolvemos durante o curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto (SP) – IBILCE/UNESP – de 2001 a 2003, sob a orientação do professor Lourenço Chacon. O produto final desta pesquisa foi a elaboração da dissertação de mestrado *Aspectos de segmentação na escrita infantil*.

cionalmente, deveriam ser marcadas por meio de espaços em branco entre palavras.²

2 Questões teóricas: apontamentos sobre a heterogeneidade da escrita

A hipótese que orientou nossa pesquisa foi a de que as *marcas lingüísticas* de segmentação escrita, produzidas pelas crianças, que não coincidiam com aquelas ditadas pelas convenções ortográficas poderiam constituir, ao mesmo tempo, marcas que apontariam: (1) para o funcionamento lingüístico da escrita infantil; e (2) para processos de subjetivação do escrevente.

Com o intuito de perseguir esta hipótese, tivemos como objetivo, sobretudo, indicar que o funcionamento lingüístico da escrita infantil, no que concerne particularmente às segmentações não-convencionais, seria heterogêneo. Dito de outro modo, apoiados em trabalho de Corrêa (1997) – *O modo heterogêneo de constituição da escrita* –, buscamos mostrar que as *marcas lingüísticas* de segmentação escrita não-convencionais poderiam constituir marcas de heterogeneidade da escrita infantil.

Em linhas gerais, o *modo heterogêneo de constituição da escrita*, segundo Corrêa (1997), estaria ligado, fundamentalmente, a uma “particularização, para o domínio da escrita, do encontro das práticas orais/faladas e letradas/escritas” (Corrêa, 1997, p. 34). A relação oral/escrito, para este autor, constituiria a própria heterogeneidade *da* escrita (e não a heterogeneidade *na* escrita), o que equivaleria a dizer que a heterogeneidade seria vista como constitutiva da escrita e não como uma característica pontual e acessória desta. Com essa formulação, o autor evita, por um lado, entender a relação entre o falado e o escrito como uma questão de interferência, “fato que traria, implícita, a consideração de ambas as modalidades como puras” (Corrêa, 1997, p. 86). Busca, inversamente, observar o modo heterogêneo de constituição da escrita na relação que o sujeito mantém com a linguagem, ou seja, levando em conta as representações que o escrevente constrói sobre a (sua) escrita, sobre o interlocutor e sobre si mesmo. Por outro lado, o autor procura, também, distanciar-se de avaliações estereotipadas sobre a escrita, particularmente aquelas avaliações que se baseariam em um modelo abstrato – literário ou não – de “boa” escrita. Contrariamente, tenciona mostrar que “a consideração desse modo heterogêneo pode ser útil como uma contraposição ao preconceito co-

² Nesse sentido, a palavra *segmentação* se referirá, no presente trabalho, exclusivamente, às separações entre palavras feitas por meio de espaços em branco.

mo com que se tomam as produções escritas consideradas como menos integradas a um padrão tido como legítimo” (Corrêa, 1997, p. 86).

Para nós, a utilização deste conceito se mostrou vantajosa, sobretudo porque permitiu descartar, por um lado, perspectivas que entendem a escrita inicial como uma representação da fala e, conseqüentemente, que entendem as marcas de oralidade, nesta escrita, como marcas de interferência e/ou influência, particularmente, da fala na escrita infantil. Permitiu, por outro lado, descartar, também, perspectivas que entendem que apenas a escrita inicial seria complexa – na qual figurariam representações da oralidade e elementos convencionais escritos – e que tal complexidade deixaria de existir quando esta escrita se constituísse em representações canônicas da língua.

Nossa opção, contrariamente, foi a de mostrar que as marcas lingüísticas de oralidade presentes na escrita infantil constituiriam um tipo de marca que permitiria detectar traços de um imaginário infantil sobre a escrita, vinculado, essencialmente, ao imaginário presente nas práticas sociais orais e letradas nas quais as crianças estariam imersas. Sendo assim, constituiriam, pois, *pequenos fatos* que retomariam, em termos de funcionamento, o que aconteceria com práticas e usos da escrita em geral.

3 Apresentação do material e de algumas questões metodológicas

Baseados, então, na idéia de um *modo heterogêneo de constituição da escrita* e tendo como propósito o estudo de aspectos de segmentação na escrita infantil, optamos, no que concerne ao material privilegiado para análise, por um conjunto de 45 textos produzidos por três crianças (6-7 anos), todas do sexo masculino, que, durante o ano de 2000, cursavam a primeira série do ensino fundamental na rede municipal de ensino da cidade de São José do Rio Preto (SP). Cada criança produziu 15 textos, com base em 15 diferentes propostas temáticas realizadas ao longo do ano letivo de 2000. Estas produções textuais foram recolhidas de atividades de produção escrita realizadas em sala de aula com propósitos exclusivos de ensino.

Encontramos, nestas produções escritas infantis, 248 dados que consideramos como segmentações não-convencionais.³ Opta-

³ Claramente, tomamos como ponto de apoio para nossa definição de *dado não-convencional de segmentação escrita* aquilo que corresponderia a seu oposto: o *dado convencional* e/ou de acordo com as normas ortográficas. Caberia a nosso ver, nesse

mos por reunir esses dados em função de propriedades que acreditamos mais gerais e/ou globais (propriedades que atribuímos, especificamente, ao funcionamento destes dados). Fizemos, para tanto, um levantamento quantitativo que teve por objetivo indicar a frequência com que apareciam aquilo que consideramos como “tipos de funcionamento” de tais dados. O Quadro 1 sintetiza, em valores absolutos e percentuais, o resultado desse levantamento⁴:

Quadro 1

Frequência de segmentações não-convencionais relativamente a cada tipo de funcionamento proposto

TIPOS DE FUNCIONAMENTO	TOTAL	%
(1) Segmentações não-convencionais resultantes de tentativas de escrita alfabética.	51	20,5
(2) Segmentações não-convencionais resultantes de oscilação entre diferentes trânsitos por constituintes prosódicos e informações sobre o código escrito institucionalizado.	35	14,1
(3) Segmentações não-convencionais resultantes de oscilação entre constituintes abaixo do domínio da palavra fonológica na hierarquia prosódica (sílabas e pé) e informações sobre o código escrito institucionalizado.	64	25,9
(4) Segmentações não-convencionais resultantes de uma maior percepção de constituintes acima do domínio da palavra fonológica na hierarquia prosódica e, talvez em menor grau, de informações sobre o código escrito institucionalizado.	98	39,5

momento, uma questão: o que vem a ser uma segmentação convencional? Segundo Silva (1994), Abaurre (1991) e Abaurre e Silva (1993), a escrita alfabética faz uso do critério morfológico para definição dos espaços em branco entre seqüências de letras. Portanto, dado *convencional* deveria ser aquele no qual se tomaram por base as classes de palavras como definidoras de unidades morfológicas. Entretanto, nada garante que as segmentações “adequadas” e/ou “convencionais” propostas pelas crianças significam que elas já dominem tais regras de colocação de espaços em branco na escrita. Pelo contrário. O fato de figurarem, nas produções textuais que compõem nosso corpus, exemplos diversos destes, nos quais as crianças propõem segmentações que estamos chamando de *não-convencionais*, contribui, justamente, para uma explicação oposta a esta. Dito de outro modo, nos momentos em que as crianças parecem propor as ditas segmentações *convencionais* e suas escritas aparecem mais “controladas”, parece ocorrer que o produto final (segmentação de acordo com a norma ortográfica) escondeu o processo de constituição desta escrita (dialógico, por excelência), o que não significa, por outro lado, que ele não esteve presente o tempo todo.

⁴ O cálculo proporcional foi obtido da seguinte forma: consideramos a soma total de todas as ocorrências de segmentação não-convencionais presentes no conjunto de produções textuais selecionado e, em função desta soma, chegamos a percentuais para cada “tipo de funcionamento” proposto.

Propusemos, como aparece no quadro acima, quatro diferentes “funcionamentos”. Dadas as dimensões deste trabalho, focalizaremos apenas o quarto funcionamento proposto, que se refere a segmentações não-convencionais nas quais a localização dos espaços em branco nas fronteiras (início e fim) das ocorrências permitiu pensarmos que as crianças teriam, talvez, se baseado, preferencialmente, em uma percepção de fatos prosódicos que, possivelmente, produziriam em sua variedade linguística falada. A posição desse funcionamento foi feita com base, sobretudo, em estudos como os de Silva (1994) e de Abaurre (1991 e 1996), dentre outros, que desenvolvem a hipótese de que aspectos da oralidade – particularmente, os aspectos prosódicos da oralidade – atuariam em decisões infantis sobre como segmentar.

Note-se, entretanto, que a nomeação deste funcionamento – segmentações não-convencionais resultantes de uma maior percepção de constituintes acima do domínio da palavra fonológica na hierarquia prosódica e, talvez em menor grau, de informações sobre o código escrito institucionalizado – contempla, minimamente, dois aspectos. Isso porque, na análise e discussão de dados de segmentação não-convencionais, estivemos atentos, por um lado, para possíveis relações entre a estrutura das segmentações não-convencionais encontradas e *constituintes prosódicos* (tais como delineados por Nespor e Vogel, 1986) e, por outro lado, para possíveis relações entre a estrutura das segmentações não-convencionais encontradas e um certo imaginário em torno daquilo que consideramos, junto com Corrêa (1997), como *código escrito institucionalizado*.

Acreditamos serem necessários, neste momento, dois esclarecimentos. Em primeiro lugar, cabe explicitar o que entendemos por *código escrito institucionalizado*. Este conceito, formulado por Corrêa (1997), diz respeito aos momentos em que o escrevente tomaria a escrita como ponto de partida em função do que imaginaria ser um modo já autônomo de representar a oralidade. Nele, segundo Corrêa (1997), “o escrevente lida, basicamente, com o que supõe ser – a partir não só do que aprendeu na escola, mas, em grande parte, do que assimilou fora dela – a visão escolarizada de código institucionalmente reconhecido” (Corrêa, 1997, p. 271). A opção de observar relações entre segmentações não-convencionais e um certo imaginário em torno do *código escrito institucionalizado* deveu-se ao fato de considerarmos que fatos da circulação dos sujeitos por práticas sociais nas quais figura um certo imaginário sobre o *código escrito institucionalizado*, especialmente aquele construído pelo contexto

escolar, poderiam ter contribuído para que as crianças propusessem determinadas formas de segmentação.

Em segundo lugar, cabe salientar que, para a observação de possíveis relações entre as segmentações não-convencionais e constituintes prosódicos – momento em que estivemos atentos à possibilidade de fatos prosódicos serem (também) intuídos e marcados pela presença ou ausência de uma marca gráfica: o branco – adotamos o modelo desenvolvido por Nespor e Vogel (1986), que lida com a formalização do componente prosódico em sete (07) categorias e/ou domínios. Nosso interesse não foi, evidentemente, o de discutir a pertinência da adoção deste modelo para a análise do componente prosódico do Português do Brasil, mas, tão somente, observar a possibilidade de os domínios prosódicos, tais como propostos no modelo em questão, atuarem em produções escritas infantis nos momentos em que as crianças ora deixam de colocar espaços em branco previstos pelas normas ortográficas, ora os colocam excessivamente.⁵

É necessário destacar que a atribuição de possíveis relações entre segmentações não-convencionais e *constituintes prosódicos* decorre, necessariamente, de uma leitura – na verdade, uma *possível* leitura – que fizemos dos enunciados escritos pelas crianças, já

⁵ O trabalho de Nespor e Vogel (1986) teve por objetivo principal a proposição de um modelo teórico que possibilitasse a organização de uma determinada porção da língua (a prosódica) em uma série hierarquicamente organizada de componentes fonológicos. No referido modelo, as autoras buscam mostrar evidências de que a fala, em diferentes línguas, seria organizada hierarquicamente em constituintes prosódicos a maioria dos quais, por sua vez, seria construída com base em informações de outros componentes da gramática – cada constituinte contaria, pois, para sua definição inicial de domínio, com informações de diferentes tipos (fonológicas e não-fonológicas). Vê-se, aqui, que uma das preocupações das autoras é a de pôr em evidência que a interpretação de processos fonológicos e, mais especificamente, de processos relativos ao componente prosódico das línguas, depende crucialmente de informações advindas de outros componentes da gramática. Destaque especial é dado pelas autoras à relação sintaxe-fonologia. Assinalemos, junto com as autoras, que, embora ocorram situações em que os constituintes prosódicos correspondem a constituintes morfológicos e sintáticos das línguas é imprescindível atentar para o fato de que não há isomorfia necessária entre os constituintes prosódicos e estes componentes da gramática, ou seja, os elementos prosódicos não têm uma relação isomórfica com os constituintes gramaticais ou com categorias semânticas. A fim de caracterizarem os constituintes prosódicos, Nespor e Vogel (1986) ressaltam que eles são definidos com base no mapeamento de regras de incorporação de vários componentes da gramática e são agrupados em uma estrutura hierárquica ou arbórea, em concordância com os seguintes princípios: (i) cada unidade da hierarquia prosódica é constituída por uma ou mais unidades da categoria imediatamente mais baixa; (ii) cada unidade consta exaustivamente da unidade imediatamente superior da qual faz parte; (iii) os constituintes são estruturas n-árias; e, por fim, (iv) a relação de proeminência relativa que se estabelece entre nós irmãos é tal que a um só nó se atribui o valor forte (s) e a todos os demais o valor fraco (w) (Nespor e Vogel 1986, p. 7).

que os aspectos prosódicos da/na escrita sobrevivem, especialmente, da leitura – a leitura que atribuímos às produções textuais que selecionamos para análise nem sempre é a única leitura possível, sobretudo porque, em muitos momentos dessas produções textuais, as crianças não fazem uso, por exemplo, de sinais de pontuação (possíveis indicadores de uma leitura privilegiada para os textos). Assim, optamos por considerar uma possibilidade de leitura e, a partir daí, uma possibilidade de relação entre ocorrências não-convencionais de segmentação e os *constituintes prosódicos*.

O funcionamento que propusemos em (4) corresponde a 39,5% dos dados de segmentação não-convencionais presentes em nosso material de análise. Acreditamos ter encontrado quatro diferentes modos relativos ao funcionamento que propusemos em (04). O Quadro 2 sintetiza, em valores absolutos e percentuais, a distribuição de nossos dados em função desses quatro diferentes modos de funcionamento:⁶

Quadro 2

Porcentagem de ocorrências resultantes de uma maior percepção de constituintes acima do domínio da palavra fonológica na hierarquia prosódica e, talvez em menor grau, de informações sobre o código escrito institucionalizado

TIPOS DE FUNCIONAMENTO	TOTAL	%
(4) Segmentações não-convencionais resultantes de uma maior percepção de constituintes acima do domínio da palavra fonológica na hierarquia prosódica e, talvez em menor grau, de informações sobre o código escrito institucionalizado;	98	39,5
(4-A) segmentações não-convencionais resultantes de uma maior percepção de um grupo clítico e, talvez em menor grau, de informações sobre o código escrito institucionalizado;	34	13,7
(4-B) segmentações não-convencionais resultantes de uma maior percepção de uma frase fonológica e, talvez em menor grau, de informações sobre o código escrito institucionalizado;	37	14,9
(4-C) segmentações não-convencionais resultantes de uma maior percepção de uma frase entoacional e, talvez em menor grau, de informações sobre o código escrito institucionalizado;	15	6,0

⁶ O cálculo proporcional foi obtido da seguinte forma: consideramos a soma total de todas as ocorrências de segmentação não-convencionais que acreditamos resultarem de uma maior percepção de constituintes acima do domínio da palavra fonológica na hierarquia prosódica e, talvez em menor grau, de informações sobre o código escrito institucionalizado e, em função desta soma, chegamos a percentuais para cada um dos modos propostos para este funcionamento.

(4-D) segmentações não-convencionais resultantes de uma maior percepção de um enunciado fonológico e, talvez em menor grau, de informações sobre o código escrito institucionalizado.	12	4,9
---	----	-----

Passemos, agora, a consideração – e conseqüente discussão – de dados de segmentação de cada um desses modos.

4 Apresentação e discussão dos dados

Em (4-A), por exemplo, a criança parece se basear, preferencialmente, na percepção do que Nespore e Vogel (1986) definem como grupo clítico. Nestes casos, assim como ocorreu na pesquisa levada a efeito por Abaurre e Silva (1993), elementos clíticos como artigos, pronomes pessoais e preposições, ou mesmo elementos lingüísticos como advérbios, pronomes (possessivos, demonstrativos, indefinidos) e conjunções seriam, dentre outros, elementos que “as crianças muitas vezes não dissociam dos itens lexicais nos quais estão *semântica e fonologicamente* ‘apoiados’” (Abaurre e Silva, 1993, p. 100). Ou seja, esses elementos, segundo os autores, ocupariam, geralmente, posição de monossílabos átonos formando um grupo clítico com uma palavra de acento mais proeminente, o que levaria as crianças a terem dificuldades para identificar essas palavras (clíticos) como palavras independentes.

No material que privilegiamos para análise, aparecem várias ocorrências características deste “modo de funcionamento”. Seleccionamos, para este trabalho, contudo, as que acreditamos serem menos representativas e/ou mais singulares. Explicando melhor: não trataremos de dados como: *sixamava, abruxa etc.* – bastante presentes em nosso *corpus* – porque constituem a maioria dos dados que agrupamos sob este funcionamento e, acreditamos, já foram bastante discutidos em trabalhos tais como os de Abaurre e Silva. Escolhemos, pois, dados que obedecem a esse princípio geral – percepção do que pode ser definido como grupo clítico –, mas que apresentam, talvez, aspectos mais particulares.

Vejamos, então, a seguinte ocorrência, produzida por um de nossos sujeitos (Sujeito 01):

A TERRA PARA SOCORELA

(Tradução: ...que voltou para a Terra para socorrê-la.)

Neste exemplo, gostaríamos de destacar o momento em que a criança trabalha com o clítico em ênclise – *SOCORELA*. Traremos à cena, neste ponto de nossas considerações, algumas reflexões feitas por Abaurre e Galves (1996) sobre os clíticos pronominais do Português do Brasil, por acreditarmos que elas iluminarão, sobremaneira, a hipótese explicativa que postulamos para esta ocorrência de segmentação não-convencional. Tais autoras afirmam – destacando o que nos interessa mais de perto – que a próclise constitui tendência geral do Português do Brasil, sendo a ênclise um fenômeno altamente marginal. Além disso, nas observações que fazem sobre os dados que selecionaram para análise, as autoras fazem alguns comentários sobre aquilo que chamam de “dois sobreviventes”:

A norma culta falada, pelo menos a dos anos 70, contém marginalmente dois resquícios da antiga gramática: o clítico *o/a* (s) (+ 6% das ocorrências), e o uso da ênclise (+ 9%). Ora, a análise proposta aqui tem como ponto de partida o desaparecimento do clítico *o/a*. Não sendo este absoluto, deparamo-nos com um problema: qual é seu estatuto na gramática dos falantes que o empregam? Parece claro que os falantes que o usam (marginalmente) atribuem a ele um estatuto diferente dos outros clíticos, uma vez que a sua colocação não se pauta pela dos outros pronomes. Sabe-se que é adquirido durante a escolarização (ver Corrêa, 1991), e, portanto, integrado ao léxico tardiamente [...] O uso da ênclise [por sua vez] também pode ser atribuído ao contato com a escrita [...] (Abaurre e Galves, 1996, p. 301).

As afirmações precedentes nos autorizam, de algum modo, a sugerir que, no exemplo acima, o sujeito faz uma representação baseada, talvez, na percepção de um grupo clítico⁷, mas é digno de

⁷ As reflexões feitas por Abaurre e Galves (1996) nos levaram a pensar que talvez, este dado poderia ser representativo de um funcionamento mais próximo ao de uma palavra fonológica. Esta possibilidade poderia render discussões interessantes sobre a existência ou não do domínio *grupo clítico*. Deixaremos, entretanto, tais discussões para um outro momento.

nota que o efeito de sentido que busca relaciona-se, prioritariamente, com a imagem que tem da escrita privilegiada pela escola – uma tentativa de se alçar à escrita *culta formal* (cf. Corrêa, 1997, p. 147).

Neste exemplo, o sujeito parece lidar, pois, com o que supõe ser – a partir não só do que aprendeu na escola, mas, em grande parte, do que lhe foi significativo fora dela (Corrêa, 1997, p. 271) – a escrita privilegiada pela escola. Ou seja, este exemplo, caracterizador de uma percepção, talvez, de uma categoria prosódica, envolve, também, um certo imaginário sobre a escrita alfabética, já que o escrevente parece tentar adequar seu texto ao que imagina ser um modo preferido na prática escolar tradicional.

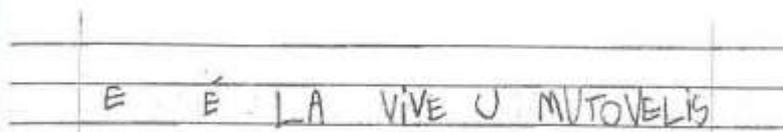
Nestas condições, acreditamos valerem, também, algumas considerações de Bakhtin (1992), para o qual as palavras que participam de nossos discursos vêm dos enunciados individuais *dos outros* e podem ter preservado, em maior ou menor grau, o tom e a ressonância desses enunciados individuais. Dito de outra maneira: nossos enunciados, segundo Bakhtin (1992) estariam “repletos de palavras *dos outros*, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado” (Bakhtin, 1992, p. 314). Estas palavras dos outros introduziriam em nossos enunciados “sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos” (Bakhtin, 1992, p. 314), já que:

o enunciado está voltado não só para seu objeto mas também para o discurso do outro acerca do mesmo objeto. A mais leve alusão ao enunciado do outro confere à fala um aspecto dialógico que nenhum tema constituído puramente pelo objeto poderia conferir-lhe (Bakhtin, 1992, p. 320).

Acreditamos que tais afirmações poderiam ser associadas, em certa medida, a considerações de Abaurre (1987) de que as crianças quando escrevem – na escola ou fora dela – não estão meramente tentando transcrever sua fala, ou seja, não estão simplesmente tentando transpor para a modalidade escrita suas reflexões acerca da modalidade oral e/ou suas experiências com a fala. Desse modo, no enunciado em questão, o sujeito parece estar, pois, usando suas “experiências com a fala” ou suas “reflexões acerca da modalidade oral” – já que faz uma representação baseada, possivelmente, em um grupo clítico – mas, ao mesmo tempo, busca, a nosso ver, uma expressividade, um tom valorativo impregnado no uso do clítico “*a*” em ênclise. O singular, neste exemplo, é que esse sujeito capta,

reestrutura e modifica *as palavras dos outros*, impregnando, assim, as palavras dos outros com a sua própria *expressividade*.⁸

Vejamos, agora, um exemplo do funcionamento que propusemos em (4-B) – no qual a criança parece se basear, preferencialmente, na percepção do que Nespor e Vogel (1986) definem como *frase fonológica*:



(Tradução: E ela viveu muito feliz)

Neste exemplo, gostaríamos de destacar o momento em que a criança (Sujeito 02) junta as palavras *muito e feliz*. Esta grafia pode ser caracterizada como representativa de uma percepção da criança do contorno prosódico de uma frase fonológica. É interessante, entretanto, observar que, mesmo em situações como esta, em que a presença do branco nas fronteiras da ocorrência parece constituir um indício de que a criança, ao apropriar-se da escrita, tenderia a tomá-la como representação termo a termo da oralidade, é possível observar alguns outros indícios que nos levam a sugerir, novamente, a co-ocorrência de fatores e o não privilégio de apenas um.

A produção textual da qual esta ocorrência faz parte é composta por duas páginas. Na página inicial, a criança reforça, com lápis, as margens da folha em branco. A ocorrência *MUTOVELIS* ocorre em final de linha da segunda folha; portanto, poderíamos pensar, com base nestas duas pistas, que a criança talvez tenha juntado estas duas palavras para fazer com que elas coubessem dentro das margens. Tal fato – aparente preocupação com o respeito às margens da folha – associado ao fato de a criança propor separações além das previstas pela ortografia nas estruturas lingüísticas que antecedem a produção gráfica de *MUTOVELIS* – *É LA e VIVE U* – poderiam constituir indícios de que a grafia do dado em

⁸ Para Bakhtin (1992), o termo *expressividade* estaria ligado sobretudo às esferas de utilização da língua e aos modos relativamente estáveis de utilização da língua nestas esferas – os gêneros do discurso. A expressividade está, pois, relacionada ao que se ouve soar na palavra, que, para o autor, será, sempre, “o eco do gênero em sua totalidade” (Bakhtin, 1992, p. 312). A palavra é, nesse sentido, expressiva, “mas esta expressividade [...] não pertence à própria palavra: nasce no ponto de contato entre a palavra e a realidade efetiva, nas circunstâncias de uma situação real que se atualiza através do enunciado individual” (Bakhtin, 1992, p. 313).

questão deve-se a uma preocupação com a distribuição gráfica das palavras. Uma vez mais é necessário considerarmos ambas as hipóteses, já que elas parecem conviver.

Observemos, agora, um exemplo caracterizador do funcionamento que propusemos em (4-C) – no qual a criança (Sujeito 02) parece se basear, preferencialmente, na percepção do que Nespor e Vogel (1986) chamam de frase entoacional (I).

O BRAVO SAIOFIMRRIDO

(Tradução: O cravo saiu ferido)

Neste exemplo, é a presença do espaço em branco nas fronteiras da ocorrência (início e fim) associada à ausência do espaço em branco entre as “palavras” *saiu* e *ferido* que nos leva a considerar tal enunciado como caracterizador de uma representação feita pela criança baseada na percepção do que, em sua variedade lingüística, poderia constituir uma frase entoacional⁹.

É necessário acrescentar que optamos por não considerar o leve afastamento entre *fim* e *rrido* como uma separação feita pela criança por causa da configuração gráfica deste texto, em que os espaços em branco são marcados com bastante saliência – como é possível observar na separação feita entre *O* e *BRAVO* e entre esta última palavra e *SAIOFIMRRIDO*.¹⁰ Embora esta ocorrência pare-

ça, preferencialmente, ocorrer em função da percepção de uma frase entonacional, não podemos excluir a possibilidade de uma atuação daquilo que estamos considerando como código escrito institucionalizado. Basta observarmos, por exemplo, o modo como esta criança faz a seleção das letras que compõem esta escrita: (i) uma possível hiper-correção na sílaba final em “saiu”; (ii) a aparente memorização gráfica da palavra “fim”; e, por fim, (iii) a duplicação do R em “ferido”. Novamente a convivência de hipótese parece ser o que, de fato, ocorre.

Vejamos, para finalizar, um exemplo caracterizador do funcionamento que propusemos em (4-D) – no qual a criança (Sujeito 02) parece se basear, preferencialmente, na percepção do que Nespor e Vogel (1986) definem como enunciado fonológico (U).

- AGORA VOU NA ESCOLA
- DIZATO - PROFESSORA - FOU

(Tradução: – Agora vou na escola. – Que chato. – Professora – Vou...)

Neste exemplo, interessa-nos destacar a ocorrência *DIZATO*. Nesta ocorrência, a presença da pontuação, bem como a estrutura do texto produzido pela criança, caracterizada pela presença de diferentes enunciadore – diálogos de um elefante consigo mesmo, com a professora, com a mãe e com um guarda – fez com que considerássemos este, e outros exemplos semelhantes a este, como uma representação baseada na percepção mais acentuada de um enunciado prosódico e/ou fonológico.

É importante ressaltar, uma vez mais, que o fato de as ocorrências agrupadas em (4-D) basearem-se, preferencialmente, na percepção de um enunciado fonológico não exclui a possibilidade de uma atuação daquilo que estamos considerando como código escrito institucionalizado. A própria marcação feita com travessão – que tem, dentre outros usos, a propriedade de funcionar como indicativo de diálogo e de mudança de interlocutor (cf. Luft, 1997)

nas escritas infantis ocorrem muitos momentos de reelaboração de refacção e/ou de inserção de letras que, a nosso ver, mostram “motivações, as mais variadas, reveladoras das singularidades dos sujeitos e da relação por eles estabelecida com a linguagem” (Abaurre et al., 1997, p. 24) e que podem implicar em dificuldades para a identificação de segmentações não-convencionais.

⁹ Vale lembrar que, para Nespor e Vogel (1986, p. 188), a regra básica de formação da frase entoacional fundamenta-se, justamente, na noção de que ela é o domínio de um contorno de entoação e que os fins de frases entonacionais coincidem com posições em que pausas podem ser introduzidas.

¹⁰ Tais considerações nos permitem aqui, tratar, brevemente, de dificuldades de identificação de segmentações não-convencionais. Tal como observaram, a nosso ver, acertadamente, Rossi (2002) e Delecrode (2002), em relatórios finais de pesquisas de iniciação científica, nem sempre é fácil identificar e delimitar locais de segmentações não-convencionais – para as autoras, hipo e hiper-segmentações – nos textos infantis. O material privilegiado por Rossi (2002) e Delecrode (2002) bem como o material que privilegiamos para nosso trabalho é constituído de produções textuais realizadas em contexto escolar. Tais produções textuais embora não possam ser consideradas como produções espontâneas, que, a nosso ver, implicariam que as crianças escrevessem sem a solicitação explícita de um interlocutor fisicamente apresentado, constituem lugares importantes para a manifestação de singularidades dos sujeitos. É comum, pois, encontrarmos momentos, nestes textos – que constituem lugares de instabilidade, provisoriamente de conclusões, de hipóteses, de generalizações, de sistematizações (cf. Abaurre, 1996) –, em que não fica claro se houve ou não, de fato, uma segmentação distante da esperada pela ortografia. Além disso,

- nesta ocorrência constitui um indício da atuação de fatos mais diretamente relacionados ao código escrito institucionalizado: o primeiro travessão parece ter sido colocado posteriormente à escrita de *DIJATO* (o que fica de certo modo confirmado pelo fato de a colocação deste travessão não respeitar a margem e a maior parte dos outros travessões usados pela criança no texto do qual esta ocorrência faz parte, sim) e sinaliza, a nosso ver, a preocupação da criança em marcar este enunciado como separado dos anteriores:

O LEFATE
- OTÁXI PARA AÍ - MEDA
UM JORNAI - DILEGAC - AGORA VOU
- O QUE O NOME A CHOU -
- AGORA VOU NA ESCOLA
- DIJATO - PROFESSORA - FOU

(Tradução: O elefante / - Ô táxi! Para aí! / - Me dá um jornal. / Que legal! / - Agora vou ver... - O que! O filme acabou? / - Agora vou na escola. / - Que chato! / - Professora! - Vou)

7 Observações finais

À guisa de conclusão, acreditamos ser possível afirmar, com base nas considerações feitas neste trabalho, que as ocorrências de segmentação escrita não-convencionais presentes em nosso material - tais como as que apresentamos acima - parecem resultar sempre - embora em diferentes graus - do trânsito e/ou da ocorrência entre diferentes fatores, particularmente fatores ligados às práticas sociais orais e letradas nas quais as crianças possivelmente se inserem.

Pudemos sugerir a existência de, minimamente, dois diferentes fatores que parecem atravessar as segmentações não-convencionais feitas pelas crianças: (i) um mais ligado a aspectos prosódicos e que parecem resultar de uma possível suposição, feita pelas crianças, de que existiria uma relação unívoca entre aspectos prosódicos da fala e fatos de segmentação da escrita, de modo que

os usos da linguagem falada, particularmente as "fronteiras" estabelecidas no fluxo da linguagem oral, pudessem ser transferidos diretamente para a escrita, sem alterações; (ii) outro mais ligado à imagem que as crianças teriam do que seria próprio da escrita e que resultaria de uma percepção maior daquilo que consideramos como *código escrito institucionalizado* (Corrêa, 1997). Seriam, para nós, situações nas quais as crianças tomariam a escrita como ponto de partida (Corrêa, 1997). Nesses momentos, parece ser "sempre o caráter de réplica - tentativa de adequar o texto ao que recomenda a prática escolar tradicional" (Corrêa, 1997, p. 273) que estaria envolvido nas segmentações não-convencionais propostas pelas crianças.

Os dados levam-nos a sugerir que, na verdade, os diferentes tipos de segmentação não-convencional propostos pelas crianças e os diferentes fatores possivelmente envolvidos nestas segmentações - neste trabalho e em nossa pesquisa procuramos relacionar alguns e, provavelmente, deixamos de lado outros, aos quais foge a nosso alcance a detecção de índices que nos permitam localizá-los - são marcas linguísticas *locais* e *idiossincráticas* (Abaurre, 1996) que apontam para o funcionamento linguístico da escrita infantil (heterogêneo, por excelência).

Referências

- ABAURRE, M. B. M. Linguística e psicopedagogia. In: SCOZ, B. J. L. et al. (Org.). *Psicopedagogia: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987, p. 186-216.
- _____. A relevância dos critérios prosódicos e semânticos na elaboração de hipóteses sobre segmentação na escrita inicial. *Boletim da Abralin*, v. 11, p. 203-17, 1991.
- _____. Os estudos linguísticos e a aquisição da escrita. In: CASTRO, M. F. P. (Org.). *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p. 111-78.
- ABAURRE, M. B. M.; FIAD, R. S.; MAYRINK-SABINSON, M. L. T. *Cenas de aquisição da escrita: o trabalho do sujeito com o texto*. Campinas: Mercado de Letras, 1997.
- ABAURRE, M. B. M.; GALVES, C. Os clíticos no Português Brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica. In: CASTILHO, A. T.; BASILIO, M. (Org.). *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p. 273-319.
- ABAURRE, M. B. M.; SILVA, A. O desenvolvimento de critérios de segmentação na escrita. *Temas em psicologia*, São Paulo, v. 1, p. 89-102, 1993.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: PG-IEL/Unicamp. ———. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 277-326.

CORRÊA, M. L. G. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. Campinas: 1997, Tese (Doutorado em Lingüística). Instituto de Estudos da linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. [São Paulo: Martins Fontes, 2004, no prelo].

DELECRODE, C. R. *Uma abordagem lingüística da construção da escrita por estudantes do ensino fundamental: as hipossegmentações*. Relatório PIBIC. Marília (SP), 2002.

LUFT, C. P. *Grande manual de ortografia globo*. 5. ed. São Paulo: Globo, 1997, p. 126.

NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic phonology*. Dordrecht: Foris Publications, 1986.

ROSSI, C. *Uma abordagem lingüística da construção da escrita por estudantes do ensino fundamental: as hipersegmentações*. Relatório PIBIC. Marília (SP), 2002.

SILVA, A. *Alfabetização: a escrita espontânea*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.